

## NO ENTRE GUERRA, A SITUAÇÃO DOS INTEGRALISTAS NA IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS\*

Giselda Brito Silva\*\*

### Resumo

O período entre guerras constitui um contexto permeado por ideologias nacionalistas, assentadas na idéia de um Estado forte organizado sob uma perspectiva político-doutrinária, na qual se misturava política e religião. Essa perspectiva foi defendida por vários grupos, entre eles os integralistas no Brasil. Alguns projetos totalitários que se expandiam na Europa, através dos casos de Mussolini (1923) e Hitler (1933), eram considerados exemplos de projetos políticos destacados como modelos de Estado forte, todavia personificados por líderes militares e mais agressivos do que Plínio Salgado, que, ao contrário desses, investiu numa revolução pacífica e espiritual. Segundo alguns historiadores, esses dados são relevantes para se compreender a implantação do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas, e a conseqüente retirada do integralismo do campo político.

### Palavras-chave

Integralismo; entre guerras; Estado Novo.

### Abstract

*The period between the wars created the possibility for the growth of nationalistic ideologies, based on the idea of a strong State organized by the political and doctrinarian perspective in which politics and religion were mixed. This perspective was defended by various groups, among whom were the integralists of Brazil. Some totalitarian projects which thrived in Europe such as those of Mussolini (1923) and Hitler (1933) were considered examples of political projects cited for being models of the strong State, however, personified by military leaders, more aggressive than Plínio Salgado who, contrary to these, launched a pacific and spiritual revolution. According to some historians, these are important considerations in order to understand the building of the "Estado Novo" under the leadership of Getúlio Vargas and the consequent demise of integralism from the political landscape.*

### Key-words

*Integralism; Estado Novo; between the wars.*

Sobre a situação dos integralistas no Estado Novo, registra Nelson Werneck Sodré: “Nos primeiros dias, admitiu-se que aquilo seria o triunfo do integralismo, bando grotesco que se fantasiava de camisa verde. O poder era deles supunha-se”.<sup>1</sup> Decerto que o integralismo, com suas atividades e propagandas ideológicas sintonizadas com um projeto de crítica à liberal-democracia e em defesa de um Estado forte, propiciou os planos do Estado Novo com base ideológica e teórica centrada em idéias autoritárias.

Entretanto, não podemos afirmar, categoricamente, que o Estado Novo foi a concretização do ideal integralista. Apesar de alguns pontos em comum, o Estado Novo não era a implantação do Estado Integral propagado pelo movimento, nem Getúlio Vargas era o Chefe Nacional, mas, sim, Plínio Salgado, a quem os integralistas prestavam juramento de obediência e fidelidade. O fato de terem sido proibidos de atuar e de a AIB (Ação Integralista Brasileira) ter tido os seus núcleos fechados, bem como de alguns indivíduos terem sofrido repressão pela insistência na manutenção das atividades, é representativo de que o Estado Novo e o integralismo não eram a mesma coisa, tendo este sido obrigado a adaptar-se aos propósitos do novo Estado.

Em 1937, o Estado autoritário que vinha sendo construído pelas práticas discursivas e pela reorganização e atuação de uma polícia política, produzindo informações sobre o perigo das ideologias externas que invadiam o país, se consolidou com Getúlio Vargas declarando à nação que:

Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimem ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações em torno de objetivos subalternos (...) as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o esforço do poder central. Isto já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935 (...) o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas à Nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa.<sup>2</sup>

Os trechos supracitados são partes dos pronunciamentos utilizados por Vargas na implantação do Estado Novo. São declarações nas quais o representante do Estado colocava-se como “*saneador*” de uma grande ameaça que se espalhava pela nação através da ação dos inimigos, num primeiro momento apontados entre os comunistas.

Entretanto, apesar de alguns trechos enfatizarem os comunistas como os inimigos mais destacados, inicialmente identificados como a ameaça mais visível, como figuras subversivas que “ameaçavam ferozmente a unidade nacional”, note-se que os trechos destacados estendem a outros grupos a imagem de inimigos. A afirmação de que “tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimem ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais”, em nossa análise e interpretação, tem mais ligação com os integralistas do que com os comunistas. Observe-se que falar de velhos partidos sob novo rótulo, mantendo-se à sombra de ambições pessoais, não é referência à atuação dos comunistas, uma vez que estes foram proibidos de atuar como organização, através da ANL, logo após 1935. Passando, a partir daí, a agir na clandestinidade. Já a expressão “a degenerescência dos partidos em clãs facciosos” pode ser entendida como indicativo da percepção de que as facções de esquerda e de direita eram as duas correntes políticas mais destacadas no período.

Consideramos que também o trecho “as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições”, pode ser identificado como um discurso voltado para os integralistas, haja visto que as formações partidárias surgidas naquele momento em todo o mundo, refratárias aos processos democráticos, eram definidas como de tipo nazifascista. Não podemos deixar de lembrar que, naquele contexto, alguns indivíduos integralistas eram considerados adeptos dos movimentos fascistas europeus ou simpáticos a eles.

Todos os trechos acima destacados estão permeados por um discurso de alerta contra as ideologias externas que se disseminavam no país e, neles, a ação do Estado é apresentada como medida saneadora dos grupos que atuavam em prol daquelas ideologias. Como era esse novo Estado? O Estado Novo é uma instituição ou *dispositivo*, no dizer de Pierre Bourdieu,<sup>3</sup> que ganha vida e é apresentado como *um sujeito* capaz de agir, de realizar a proteção nacional e de combater os seus inimigos, legitimando sua atuação intervencionista através das ações e dos discursos dos próprios adversários, identificados e combatidos pela polícia política. Os discursos que diagnosticavam os males, anunciados pelo presidente, passaram a ganhar nova dimensão. Algumas palavras expressam claramente a ação do Estado Novo como agente: “o Governo Federal *intervirá* nos Estados...”; “o Estado *reorganiza* as finanças...”; “o Estado *criará* leis...”. Alguns verbos evidenciam o novo caráter do Estado autoritário, intervencionista e participativo. Através deles, o Estado se coloca como preparado para funcionar e atuar como agente saneador dos males então diagnosticados.

Para Mônica Vellozo, o discurso *estadonovista* se consolidou dentro de uma postura de implantação de um momento inovador, reconstituído para efetuar o avanço do país,

antes impedido pelas práticas liberais e invalidando seus princípios. Os discursos do novo Estado centravam-se, principalmente, numa proposta de resgate das idéias de 1930, repelidas por causa dos conflitos que teriam marcado o período de 1930 a 1937. A desqualificação do liberalismo tomou, assim, o centro dos novos discursos, contrapondo-se, frontalmente, o projeto estadonovista às propostas liberais.<sup>4</sup>

É interessante refletir que os novos discursos eram veiculados como se fosse o novo Estado falando, personificado numa figura gloriosamente destacada pelas suas lutas desde 1930. Dos discursos de alerta e de temor, em que se procurava definir e identificar os perigosos e inimigos da pátria, partiu-se para discursos centrados na defesa do novo projeto e na nova ação da instituição recém-criada objetivando ser a saneadora de todos os males. Ao presidente Getúlio Vargas, como agente do Estado Novo, coube a competência de uma série de ações. O Estado Novo tomou o lugar de agente do discurso, um agente de efeitos sociais. Não era mais a vontade de um indivíduo ou de um grupo, negando uma posição de interesses, mas, sim, a vontade de uma sociedade cuja proteção era encargo do Estado forte que fora constituído.<sup>5</sup> O Estado Novo era apresentado como um agente da construção nacional e, para tanto, deveria ser forte, intervencionista, responsável pela determinação da ordem e regulador das relações sociais.<sup>6</sup>

Getúlio Vargas veiculou discursos que produziram sentido entre diversos grupos, dando-lhes um caráter de unidade e coesão nacional, finalizando por centralizar o poder e os vários interesses em torno de sua imagem de mito político. Sob sua liderança, o Estado Novo foi colocado como um agente da proteção e do desenvolvimento nacionais, como a expressão de um regime que buscava uma postura *unificadora*, ou centralizadora, e a implantação de um *regime de paz*, dentro de um aparato repressor. Nos primeiros discursos de Getúlio Vargas, pode-ser observar o investimento dessa imagem do novo Estado:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro, à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil. Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade.<sup>7</sup>

Depois de implantado o Estado Novo, Getúlio Vargas pronunciou discursos tranquilizadores em defesa da ordem, ressaltando que o novo regime teria vindo para sanar os males existentes: “Soldados do Brasil: o momento de apreensão já passou (...) o Brasil está de pé,

vigilante e disposto a tudo empenhar na conquista do seu destino imortal”.<sup>8</sup> Ao considerarmos que esses pronunciamentos foram feitos num clima de instabilidade política e ideológica, em que havia grande temor do comunismo, do integralismo e de outros “males”, podemos entender os efeitos de sentido que tais discursos passaram a alcançar entre as classes sociais.

A construção de um “consentimento social” para o golpe, materializado pela produção de sentido dos discursos, ficou mais visível e dizível depois de 1935. Naquele momento, os discursos produzidos pelo governo, destacando as ameaças à nação, nos quais se procurava apontar quais eram os grupos adeptos de ideologias externas, adquiriam materialidade de sentido entre vários grupos.

Trata-se de um período marcado por lutas, nas quais os comunistas, inicialmente, e, depois de 1936, os integralistas, sobretudo nos Estados em que atuavam de forma violenta contra as forças do governo e em constantes conflitos com os comunistas, promoveram momentos de pânico na população. Em vários deles, houve trocas de tiros, resultando, muitas vezes, em feridos e, em alguns episódios, aconteceram mortes dos dois lados contendores.

Como a figura do comunista era a mais temida e identificada como a representação do grande mal, quase todos os episódios eram identificados como tendo partido deles, enquanto os integralistas eram colocados no plano da defesa, embora também estivessem envolvidos na desordem e na agitação. Alguns policiais chegaram a compará-los aos dois lados de uma “mesma moeda”, por incorporarem modelos de ideologias externas e facciosas.<sup>9</sup>

Segundo Priscila Perazzo, a idéia de uma constante ameaça comunista que incidiria sobre a unidade da Nação significando a infectabilidade do estrangeiro, isto é, um perigo internacional, permitiu ao Estado trilhar os caminhos do autoritarismo, pois a luta anticomunista se prestou como um dos fatores de legitimação para as suas práticas centralizadas e repressivas.<sup>10</sup> Também seriam os comunistas que ocupariam o lugar-chave das relações entre os integralistas e Getúlio Vargas.

Na visão de alguns historiadores, memorialistas, depoentes e de outros, o golpe do dia 10 de novembro de 1937 foi obra dos integralistas, articulados com Getúlio Vargas e contou com o apoio dos militares, como reflexo da luta anticomunista. Do lugar em que interpretamos a situação dos integralistas na trama de implantação do Estado Novo a sua articulação no golpe de 1937 representou mais do que uma luta anticomunista, eles foram objeto de temor do governo e, depois de 1935, avançaram com uma força maior que os comunistas. Entendemos, no entanto, que a participação do chefe integralista e de alguns líderes do movimento nos planos do golpe do Estado Novo também deve ser compreendida como uma estratégia política dos mentores do golpe.

Aquele instante foi interpretado como um momento de grande complexidade das relações entre Getúlio Vargas e o chefe dos integralistas. Percebendo com mais detalhes a postura do governo em relação aos integralistas, entre 1936 e 1937, conclui-se que as relações entre eles se davam em meio a um clima de instabilidade, marcadas pelos conflitos entre os integralistas e alguns governos estaduais. Em âmbito nacional, havia um clima de ameaça proveniente dos ataques integralistas na Bahia, em Minas Gerais e em outros estados. Essas notícias chegavam a Pernambuco interpretadas como o avanço de um movimento muito perigoso. A isso se somavam os discursos antiliberais e revolucionários dos integralistas. As participações do chefe integralista e de outros integralistas nos planos do golpe do Estado Novo devem ser entendidas como um jogo político das estratégias políticas do governo de Getúlio Vargas para neutralizar qualquer possível problema com os integralistas, que constituíam um grupo nacionalmente representativo.

Nossa interpretação parte da constatação de que, além de neutralizar a força dos integralistas, incorporando-os nos planos do Estado Novo, o governo também vinha, de forma indireta, atuando num processo de construção da imagem subversiva deles, haja visto que não havia uma declaração aberta e formal da subversão dos integralistas formulada por Getúlio. Porém, os fatos relativos aos conflitos com os governos da Bahia, de Minas Gerais, da Paraíba e de outros estados, divulgados pela imprensa e oficialmente registrados pelas ações policiais, favoreciam os discursos sobre as ameaças à nação propagados por Vargas.

O golpe do Estado Novo obedeceu também a um plano construído sobre os efeitos do reconhecimento da existência de ameaças à nação por parte de ambos os lados, efeitos fundamentados na comprovação objetiva dos discursos através das ações policiais que diariamente arquivavam provas de subversão. Também é importante não perder de vista as estratégias da fala de Getúlio que, tanto em 1935 como em 1937, procurou vincular as ações do Estado à vontade nacional, colocando-se como representante legítimo da defesa do povo, dos símbolos nacionais e da nação. Dessa forma, quando anunciou, através do programa radiofônico *Hora do Brasil*, o novo regime, por um discurso que vinculava o projeto do Estado Novo como uma necessidade para a proteção da sociedade contra inimigos evidentes e, utilizando-se de categorias pejorativas e de estereótipos que identificavam os *desordeiros e perigosos inimigos* entre vários grupos, todos eles associados a um grande inimigo já definido: o comunista. Com isso, o governo buscava entrelaçar fatos do contexto com os discursos já pronunciados para alcançar o efeito de sentido dos discursos que propagavam o novo regime.

Vargas produziu, portanto, com a ação policial, materialidade de sentido ao seu discurso, que se empenhava em divulgar o nível de perigo que invadia o país por todos os lados.

Depois de 1935, tanto os comunistas como os integralistas ofereceram as ferramentas discursivas e as justificativas necessárias para a ação repressiva do governo. Em vários momentos, mesmo antes de 1937, observamos os investigadores nas buscas e apreensões efetuadas nos núcleos dos estados em que o movimento vinha sendo proibido de atuar, a exemplo da Bahia. Naquelas buscas, seus símbolos eram apreendidos como prova da produção de novos símbolos, construídos fora dos que representavam a “verdadeira” identidade nacional. A bandeira integralista e o retrato de Plínio Salgado foram citados como exemplos da existência de um movimento que procurava mudar ou desviar os valores patrióticos ligados aos símbolos nacionais mais importantes: a bandeira do Brasil e o retrato do Presidente da República. Depois de 1937, esses símbolos foram usados para ridicularizar a imagem do novo inimigo.<sup>11</sup>

As diversas ocorrências policiais representavam um conjunto de dados que colocam em discussão o lugar do integralismo nos planos do golpe do Estado Novo. Dentre elas destacamos: buscas e apreensões de símbolos dos integralistas nos estados em que havia conflitos; posturas dúbias do governo em relação aos integralistas no campo dos discursos políticos; construções diárias de uma contrapropaganda para combater os inimigos do regime, estendidas aos integralistas; ações policiais construídas objetivamente no cotidiano policial da imagem subversiva dos integralistas. Segundo Barbosa Lima Sobrinho: “era preciso criar dois terrores: o terror comunista e o terror do fascismo. Só assim se abriria margem para a continuação de Getúlio Vargas”.<sup>12</sup> O clima de ameaça entre a esquerda e a direita é muito citado entre os memorialistas desse período. Também Paulo Pinheiro Chagas rememora que:

Criou-se um clima de tumulto no país, além dos intuitos comunistas, os integralistas viviam marchando pela cidade. O integralismo estava no apogeu. Tanto que em 1938 tentou um golpe contra o Getúlio (...) diante das considerações de que as lutas entre a direita e a esquerda no Brasil punham em perigo a democracia, e que o forjado Plano Cohen era uma manobra comunista, a Constituição de 37 era apresentada como uma forma de se evitar que a esquerda ou a direita do país assumissem as rédeas do poder.<sup>13</sup>

Para José Américo, no entanto, como veremos com mais detalhes adiante, “Getúlio apoiou-se no integralismo”.<sup>14</sup> A influência dos integralistas, naquele período, foi um fato marcante às vésperas do golpe de 1937. Entretanto, compreendemos que Getúlio envolveu os integralistas para neutralizar suas forças, incorporando um compromisso com os mesmos para facilitar seus propósitos de acabar com as atividades do movimento no país, após a instauração do novo poder. São muitas as contradições que envolvem a participação dos integralistas no golpe do Estado Novo, e elas também podem ser percebidas sob outro

ângulo. Segundo a maioria dos depoentes e memorialistas, e também segundo alguns historiadores, o elo de ligação entre o governo e os integralistas fora feito por Francisco Campos, personagem de grande destaque nos planos e na Constituição de 1937:

Eu acredito que o mentor do golpe tenha sido o Chico Campos. O Agamenon era um homem muito mais de ação. O Chico Campos era um homem de planejar, era um homem para fazer a Constituição, tinha mais cultura, era um pensador. Ia lá à tardinha numa hora de pouca gente, encontrava-se com o dr. Getúlio, e algumas vezes levava o Góis [...] naturalmente, o dr. Getúlio está conversado com o Dutra a esse respeito, não podia deixar o Dutra de fora.<sup>15</sup>

A figura de Francisco Campos nos planos do golpe do Estado Novo merece um estudo à parte. Trata-se de um personagem que, aparentemente integralista, depois do golpe se posiciona a favor dos decretos de Getúlio Vargas. Os vários apelos de Plínio Salgado, após o dia 10 de novembro de 1937, solicitando que ele intercedesse pelos integralistas junto ao governo federal, diante do qual tinha muita influência por causa de sua colaboração nos planos e na organização da Constituição do Estado Novo, pareciam não ter efeito.<sup>16</sup>

Esses dados indicam que, entre 1933 e 1937, Vargas e os integralistas não eram tão aliados quanto se convencionou afirmar. O fato de as idéias em defesa de um Estado forte, nos moldes fascistas, e o aproveitamento da luta anticomunista nos planos de golpe e novo governo de Getúlio, não nos possibilita afirmar que o Estado Novo tenha representado a efetivação dos ideais integralistas.

É significativa a quantidade de documentos policiais sobre as atividades integralistas no país, resultante dos registros da vigilância, do controle e da repressão que se abateu sobre eles em Pernambuco e em outros estados do Brasil. Tais documentos nos oferecem uma possibilidade de reinterpretar o lugar dos integralistas no golpe do Estado Novo e sua situação, na clandestinidade, depois de 1937. Longe de se sentirem parte da nova situação, eles compreenderam, de imediato, segundo as palavras de Plínio Salgado, que estavam fora do poder político:

Fiquei completamente convencido de que estávamos aliados desde o primeiro dia. Não houve uma palavra de carinho para o Integralismo ou para os integralistas. Entretanto, era um movimento e eram homens que tudo fizeram pela nação e que sempre foram leais para V. Excia. nos momentos mais difíceis. Os integralistas iam continuar sob essa forma (entendemos se referir à Associação Cultural na qual a AIB fora transformada) *conforme lhe prometeram os responsáveis pela situação*.<sup>17</sup>

Antes e depois do Estado Novo, foi evidente a ameaça que os integralistas representaram para Vargas no cenário político nacional. Agamenon Magalhães, grande defensor da nova ordem, em seu jornal de propaganda do Estado Novo, *A Folha da Manhã*, reproduziu os discursos do governo sobre as atividades integralistas antes de 1937:

Toda a originalidade do Estado Novo, disse o chefe do governo nacional, reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos. A democracia era o comunismo em luta com o integralismo, era um regime aberto a todas as soluções e a todos os imprevistos. Era o Estado ausente... O Brasil precisa de ordem e orientação (...) O Estado Nacional foi a salvação Nacional...<sup>18</sup>

Aqui não se nega a participação de alguns líderes contribuindo ideológica e politicamente para a implantação do Estado Novo. O principal alicerce discursivo dos integralistas, utilizado num processo do interdiscurso por Vargas, foram as críticas à liberal democracia e a defesa de um Estado forte. Ao propagar a falência dos regimes liberais, no contexto entre guerras, em que se destacaram as crises dos regimes liberais e a ascensão dos totalitários, os integralistas, juntamente com os intelectuais de extrema direita, propiciaram as condições de possibilidade dos discursos de Getúlio. Defendemos que as alianças políticas mantidas antes do golpe entre o chefe integralista, Getúlio e outros não representaram uma posição que tinha sido aprovada pelos integralistas, pois muitos deles não gostavam do presidente Vargas, achavam-no traiçoeiro e perigoso:

Meu pai criticava muito o Getúlio, exatamente porque o Getúlio usava arma de dois gumes. Getúlio foi de uma perspicácia política... ele bafejava um pouco o Partido Comunista e um pouco o partido integralista para se equilibrar no poder, quando ele sentiu que houve a revolução de trinta e cinco aqui em Pernambuco, um movimento armado de ideologia comunista, ele começou a temer o partido comunista e por temer o partido comunista ele se aproximou do partido integralista, hoje tornou o partido comunista proscrito no país, então o que foi que aconteceu, deportou o líder maior e hoje está bafejando o integralismo, cuidado com ele, vai fazer a mesma coisa (...) acabar com o integralismo (...) e foi o que aconteceu.<sup>19</sup>

Entendemos ser preciso esclarecer que a articulação do integralismo no golpe do Estado Novo foi um ato de alguns indivíduos, não se podendo afirmar que os integralistas apoiaram o golpe. Em Pernambuco, no dia seguinte ao golpe, as correspondências entre os núcleos eram muito tensas e não havia a euforia afirmada por alguns analistas do período. Em outros estados, os integralistas já eram indivíduos fora da cena política. A participação de Plínio Salgado nos planos do golpe, intermediada por Francisco Campos, fora o resultado de um momento estratégico para ambos. Os depoimentos dos que presenciaram o momento nos levam a interpretar tal união como a única opção pensada pelo chefe integra-

lista, dado que havia, segundo a percepção dos mesmos depoentes, falta de capacidade em Plínio Salgado para ele mesmo dar o golpe em Getúlio. Segundo Jeová Motta, Francisco Campos foi o principal responsável pela participação dos integralistas no golpe:

Impõe-se que vocês se aliem a Getúlio, para enfrentar isso. Vocês não devem ter medo desta aliança. Ela é necessária e não é perigosa porque sem ela vocês não vão ao poder; e não é perigosa porque é uma aliança em que vocês são a organização, e o seu aliado não é organização é desorganização. Dessa aliança quem leva a melhor são vocês.<sup>20</sup>

As declarações do próprio Plínio Salgado, em depoimento ao DOPS, esclarecem alguns mistérios, embora não todos, sobre a participação do integralismo no golpe de 10 de novembro:

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de 1939, nesta cidade de São Paulo, na Delegacia de Ordem Política e Social, onde se achava o Dr João Carneiro da Fonte, 5º delegado auxiliar, comigo escrivão de seu cargo ao final assinado, compareceu DR. PLINIO SALGADO (...) já qualificado em separado (...) sabendo ler e escrever e declarou que preliminarmente ele declarante, quer deixar consignado que não é contrario ao regime vigente por quanto colaborou na sua implantação desde princípios de setembro de 1937, sendo uma das primeiras pessoas a quem o Sr. Presidente da República confiou, por intermédio do Dr. Francisco de Campos, o exame de texto da carta constitucional, outorgada em dez de novembro, fato esse que se deu na residência do Dr. Amaro Lanare, ex-secretário da fazenda do Estado de Minas e com o conhecimento do mesmo, que desde essa ocasião, em encontros que sucederam com o Dr. Francisco Campos, com o Sr. Presidente da Republica, com o General Eurico Gaspar Dutra, com o capitão Felinto Muller, chefe da polícia do distrito federal, com o General Newton Cavalcanti, comandante da vila militar, o declarante estudou a situação brasileira, imersa na mais franca demagogia esquerdista, e a ameaça iminente de um surto do bolchevismo e, impressionado por tudo quanto lhe era relatado, e atendendo ao pedido que lhe era feito, prontificou-se desinteressadamente a dar o seu apoio à obra de salvação nacional em que estavam empenhadas as classes armadas; que, tendo depois conferenciado com o Sr. Presidente da Republica, em casa do Dr. Renato da Rocha Miranda, o declarante colheu excelente impressão do apelo patriótico que lhe fazia o Sr. Presidente e fiel aos compromissos que então assumiu, sem nenhum pedido de compensação em cargos e posições, mas apenas mediante a promessa de se dar aos integralistas, no Estado Novo, de que estavam sendo os precursores, os apóstolos e os baluartes, uma situação de dignidade, o declarante passou a manter-se em colaboração com o General Gaspar Dutra, por intermédio do General Newton Cavalcanti, que então comandava a vila militar, colaboração essa que teve início oficial desde a noite em que o capitão Felinto Muller, declarando tomar a iniciativa por inspiração do Sr. Presidente da República, ...<sup>21</sup>

Nesse documento, Plínio Salgado declara, oficialmente, aos representantes da polícia do DOPS de São Paulo, que Getúlio Vargas o havia convidado para dar apoio ao golpe de 1937, sob o pretexto de uma ameaça grave à nação pelos comunistas. O documento é muito

representativo do lugar do integralismo no golpe, pois se trata de um depoimento dado à polícia de Getúlio Vargas, citando o nome do mesmo, que envolve o próprio inquisidor. Donde concluímos que ele deixa pouca margem para dúvidas.

Naquele período, foi divulgada nos jornais uma carta, datada de 28 de janeiro de 1938, publicada apenas em 1939, na qual Plínio Salgado reafirmou em forma de apelo seu depoimento. Pelo documento, Plínio Salgado não nega que sabia dos fatos de 1937, do apoio que os integralistas deram ao golpe e dos que estavam dispostos a dar. Através daquela carta, Plínio Salgado se declarou conhecedor de um plano constitucionalista que deveria ser outorgado num golpe de Estado, no mês de setembro de 1937. Na carta, Plínio Salgado afirmou que “as relações entre o Integralismo e o Presidente da República sempre foram, pela força da própria doutrina do Sigma, as de respeito do primeiro pelo segundo e de acatamento do segundo pelo primeiro”. Ainda, segundo as palavras de Plínio Salgado, Getúlio Vargas reconhecia a ajuda integralista na “campanha nacionalista, anticomunista e antiregionalista”. O chefe integralista destacou as afinidades entre o projeto do Estado Novo e o integralismo e conclui sua carta referindo-se, com pesar, à situação do integralismo depois de 1937.<sup>22</sup> Os trechos acima evidenciam o apoio dado ao golpe e a quebra de alianças entre a AIB, Getúlio Vargas e o Estado Novo.

Depois de instalado o Estado Novo, a transformação da AIB na Associação Brasileira de Cultura, em 11 de novembro de 1937, dia subsequente ao golpe, pareceu a alguns que Getúlio Vargas estava sendo complacente com os integralistas e que eles haviam sido integrados ao novo regime, conforme se pode verificar em vários depoimentos. Entretanto, o controle, lógica da suspeição e a repressão, juntamente com as determinações legais que atingiam em cheio os adeptos do integralismo, demonstram que eram outros os planos de Vargas para eles. Entendemos que, ao convidar Plínio Salgado para apoiar o golpe, Getúlio procurava retardar um confronto mais direto com os integralistas logo nos primeiros momentos de implantação do Estado Novo.

O Estado Novo foi implantado na nação através de um golpe articulado por um “revolucionário vitorioso”, conforme se definia o próprio Getúlio Vargas, que se efetivou no cotidiano com o apoio de um projeto político de cunho autoritário, idealizado por indivíduos intelectualmente importantes, e das forças armadas, apesar de essas últimas terem recebido o crédito de personagens centrais da trama.<sup>23</sup>

Entretanto, dada a devida atenção aos discursos políticos e às ações policiais que serviram de suporte ao projeto do Estado Novo, e ao apoio de grupos importantes, especialmente os militares, entendemos que uma das maiores forças da articulação e implantação do Estado Novo residiu na estrutura policialesca da época, representada pelas Delegacias de Ordem Política e Social nos estados. Através dessa estrutura, o Estado Novo

foi sendo construído com os discursos e ações sobre os “inimigos da Nação” e se constituiu como um regime de governo baseado no controle e na repressão dos grupos e indivíduos, fossem de esquerda ou de direita, qualquer um podia ser inimigo do regime, sendo daí caracterizado como o Estado Autoritário brasileiro do período entre guerras.

*Recebido em dezembro/2004; aprovado em abril/2005*

### Notas

\* Este texto é uma versão modificada de um item de nossa tese de doutorado, defendida em 2002 no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, intitulada *A Lógica da suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco no Estado Novo*.

\*\* Professora Doutora do Departamento de História da UFRPE

<sup>1</sup> SODRÉ, N. W. *Do tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 161.

<sup>2</sup> “Proclamação ao povo brasileiro”. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Vol III, Rio de Janeiro, s/d., pp. 20, 22 e 23.

<sup>3</sup> BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. pp. 83-86.

<sup>4</sup> VELLOZO, M. “Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual”. In: OLIVEIRA, L. et al. *Estado Novo: ideologia e poder*, 1982. pp. 82-104.

<sup>5</sup> Sobre os agentes do Estado, Pierre Bourdieu diz que “ao atribuímos, como faz o mau funcionalismo, os efeitos de dominação a uma vontade única e central, ficamos impossibilitados de apreender a contribuição própria que os agentes (incluindo os dominados) dão, quer queiram quer não, quer saibam quer não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção, e às expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta, designados de forma estenográfica por palavras como Estado, Igreja ou Partido”. Cf. BOURDIEU, op. cit., p. 86.

<sup>6</sup> PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990. pp. 19-41.

<sup>7</sup> VARGAS, op. cit., op. 37-38.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 116.

<sup>9</sup> Segundo Domenach, na medida do possível, tentar-se-á ligar os grupos de adversários declarados a uma só categoria, destacando que a propaganda hitlerista procurava apresentar os conspiradores democratas, plutocratas e bolchevistas contra a Europa, quando em número insuficiente, associados a outros grupos pra dimensionar a força dos adversários. Para o autor, trata-se de um método de contaminação, mediante o qual um partido sugere que as divisões dos adversários não passam de artifícios destinados a enganar o povo e, além disso, procura destacar os erros cometidos pelos adversários nessas manobras. Em numerosas vezes, os integralistas foram associados aos comunistas enquanto expressões de *ideologias exóticas externas* que, embora se apresentassem em lados opostos, eram, na percepção dos adversários políticos de

ambos, formas idênticas de representação de totalitarismos no território nacional. Os conflitos de rua, em que ambos estavam envolvidos, eram tomados como formas de identificação de agitadores e desordeiros. Cf. DOMENACH, J.-M. *A propaganda política*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

<sup>10</sup> PERAZZO, P. F. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. p. 41.

<sup>11</sup> A propaganda dos adversários é desmontada nos elementos simbólicos e constitutivos, isolados, classificados para serem combatidos. Despojados dos seus instrumentos verbal e simbólico, que os tornavam impressionantes, são reduzidos a aspectos contraditórios e ridicularizados ou desmoralizados. Para Domenach, ridicularizar os adversários, quer imitando seu estilo e sua argumentação, quer atribuindo-lhes zombarias e pequenas histórias cômicas, é uma forma muito importante de contrapropaganda. Cf. DOMENACH, op. cit., 82-84. As buscas e apreensões nos núcleos, mais o material de propaganda que era apreendido, antes de 1937, das atividades integralistas, deram ao governo os objetos simbólicos da A.I.B. para uma utilização confrontando-os com os símbolos nacionais. Outra forma muito utilizada pelo governo, era mostrar as contradições existentes entre os discursos dos integralistas sobre a ordem e as atividades de conflitos públicos destes com os comunistas.

<sup>12</sup> SOBRINHO, B. L. “Depoimento”. Cf. LIMA, V. da R. (coord.). *Getúlio: uma história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro, Record, 1986, p. 129.

<sup>13</sup> CHAGAS, P. P. “Depoimento”. Cf. LIMA. op. cit., p. 129.

<sup>14</sup> AMÉRICO, J. “Depoimento”. Cf. LIMA, p. 129.

<sup>15</sup> PEIXOTO, A. “Depoimento”. Cf. LIMA, p. 127.

<sup>16</sup> Ibid.

<sup>17</sup> SALGADO, P. *O Integralismo Perante a Nação*, Rio de Janeiro, Liv. Clássica Brasileira, 1950, p. 118.

<sup>18</sup> MAGALHÃES, A. *Folha da Manhã*. Recife, 21 de julho de 1939. p. 3.

<sup>19</sup> RODRIGUES, I. “Entrevista”. Recife, 03 de setembro de 2001.

<sup>20</sup> MOTA, J. “Depoimento”. Cf. LIMA. op. cit., p. 110.

<sup>21</sup> “Termo de Declarações de Plínio Salgado”. *Getúlio Vargas Confidencial*, 1939.02.04. Rolo 19, doc. 0073 a 0081. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

<sup>22</sup> SALGADO, op. cit., p.118.

<sup>23</sup> CAMARGO, A. et al. *O golpe silencioso: as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1989, p. 14.